



ATA 07/2019 - PLENÁRIA DO CEDCA/SC

18 DE JULHO DE 2019

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezenove, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA/SC) reuniu-se em Assembléia Ordinária, das nove horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos (09h30min às 17h30min), no auditório da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS, com a presença dos seguintes Conselheiros: Governamentais: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS: Fabiani Cabral Lima e Esmael Ros da Luz, Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM: Cleber Paes Alves, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Zeno Augusto Tressoldi e Simone Rocha da Silva, Secretaria de Estado da Saúde – SES: Halei Cruz, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP: Luciana Helena dos Santos (Polícia Militar) e Antonio Brito (Polícia Civil), e Não Governamentais: Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT: Graziela C. L. Damacena Gabriel, Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente – COMBEMTU: Janine C. K de Lima e Sandra L. N. A. Mendonça Fileti, Bairro da Juventude Padres Rogacionistas – BJPR: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Comunidade Terapêutica Casa da Restauração – CTCR: Fabiana Anacleto Manoel, Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil – FCPFVESIJ: Rosely Steil e Lizandra Vaz Salvadori, Organização Casa dos Sonhos – OCS: Ariele Cipriano Inacio, Organização Mundial de Educação Pré - Escolar -OMEP-BR-SC: Elaine Paes e Lima e a Adolescente Bárbara de Oliveira Ernst. Também estiveram presentes: Mayara Garcia do NECAD/UFSC, Letícia Braz – Gerente das Políticas Para Crianças e Adolescentes e da Juventude: GECAJ/DIDH/SDS, Suellen B. L. Corrêa do CMDCA de Tubarão, Emanuella de Oliveira Borges, Neylen B. Junckes e Alexandre S. M. Sampaio da DIAS/SDS. No período matutino, a conselheira Fabiani Lima iniciou a apresentação da Comissão Intersetorial, contextualizando a elaboração do Plano Decenal e dos Planos Setoriais, destacando que os planos estão sendo elaborados pelos próprios conselheiros do CEDCA, num processo participativo e democrático, que busca a valorização dos saberes e do papel dos conselheiros, baseado nos pressupostos da educação popular de Paulo Freire. Fabiani retomou a formação de cada comissão setorial, apresentando os nomes dos representantes de cada uma, para a avaliação da plenária: **Convivência e Familiar e Comunitária**, composta pelos Conselheiros: Janine, Michele, Ariele, Fabiana, Jaime e Graziela; **Erradicação de Trabalho Infantil**, composto por: Fabiani, Lizandra, Tamiris, Vitória, Mayara (NECAD-UFSC); **Medidas Socioeducativas**: Zeno, Simone, Halei, Rosane Jacques, Rosane Wiggers, Maria Odete, Viviane, e **Combate a Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil** por: Rosely, Graziela, Cleber, Fernanda, Maria Aparecida, Esmael, Rosane e Lizandra. Informou ainda, que esteve afastada, por motivo de doença, e que agora irá retomar a sua participação nas comissões. A Conselheira Janine informou sobre a dificuldade inicial na elaboração do Plano Setorial de Convivência Familiar e Comunitária, e que após consultar a metodologia proposta a comissão conseguiu trabalhar a partir das deliberações da conferência e do diagnóstico elaborado pela Painel. A Conselheira Rosely sugeriu que o CEDCA convoque as próximas reuniões das comissões, conforme foi feito na elaboração do Plano Decenal. Fabiani esclareceu que foi deliberado pela comissão intersectorial que a metodologia validada em plenária seria



51 encaminhada e que cada comissão se organizaria, conforme agenda, porém,
52 havendo necessidade pode-se rever esse encaminhamento. A Conselheira Elaine
53 relembrou sobre a importância da organização das comissões a fim de cumprir com
54 a proposta apresentada pelo CEDCA no colóquio estadual que aconteceu no dia 04
55 de abril quando foram apresentados os planos setoriais e o plano decenal da
56 conferência de outubro. A Conselheira Rosely sugeriu que o CEDCA solicite uma
57 reunião da comissão intersetorial do plano de violência e exploração sexual para
58 facilitar a organização do grupo. Ficou acordado que a secretária executiva do
59 CEDCA fará a convocação para a próxima quarta (dia 24 de julho). A conselheira
60 Simone informou que a comissão do socioeducativo ainda não conseguiu elaborar a
61 revisão do plano, pois priorizaram a apresentação dos conselheiros que fizeram as
62 visitas aos CASES/CASEPS e que a metodologia proposta está clara e será utilizada
63 pelos membros da comissão para ser apresentada na próxima plenária. Após as
64 explicações, a comissão de elaboração do plano de erradicação do trabalho infantil
65 iniciou a apresentação da proposta do Plano, feita pela conselheira Fabiani e pela
66 representante do NECAD – UFSC Mayara. A Conselheira Fabiani destacou a
67 importância de cada comissão estabelecer a melhor estratégia para os encontros de
68 elaboração do plano e citou o exemplo do uso de uma ferramenta de
69 compartilhamento de arquivos, que foi sugerida para a comissão pela universitária
70 Mayara, o que facilitou o trabalho desta comissão. A Conselheira Rosely solicitou
71 que fosse compartilhada esta informação com o grupo do CEDCA e Mayara
72 esclareceu que cada comissão deve criar o seu grupo e se colocou à disposição
73 para auxiliar nesta tarefa. Fabiani destacou a importância de contar com
74 representantes da sociedade civil, da universidade federal de Santa Catarina,
75 através do NECAD, e de adolescentes no processo de elaboração do plano setorial
76 de erradicação ao trabalho infantil e que este também é um dos desafios desse
77 processo. A conselheira relatou também que a proposta apresentada está em
78 elaboração pela comissão e que a apresentação na plenária é importante para que
79 todos possam construir coletivamente o plano setorial e que uma das dificuldades
80 encontradas pela comissão de elaboração deste plano setorial é a determinação de
81 responsáveis pelas ações, pois isso envolve, muitas vezes, um conhecimento
82 específico sobre as ações de cada órgão governamental. A conselheira Simone
83 destacou que a participação de pessoas do administrativo de cada secretaria é
84 fundamental devido ao grande conhecimento que elas possuem, o que poderia
85 contribuir para a melhoria da elaboração dos planos setoriais. Fabiani e Mayara
86 seguiram a apresentação das cinco diretrizes de promoção, proteção, participação,
87 controle social e gestão, elaboradas pela comissão do plano setorial de erradicação
88 ao trabalho infantil. Apresentando, de forma geral, as propostas que ainda não foram
89 elaboradas. A comissão do Plano de Convivência Familiar e Comunitária
90 representada pela conselheira Janine informou que a comissão se reuniu em
91 Tubarão no dia 11 de julho concluindo o material que foi apresentado. A conselheira
92 Janine, junto aos demais membros da comissão, iniciou a apresentação do plano de
93 convivência familiar e comunitária, explicando que a comissão elaborou um total de
94 40 ações para o plano, com base no diagnóstico da Painel Pesquisas, das
95 deliberações da Xª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e
96 materiais já construídos durante o processo em 2018. Informou ainda que a
97 comissão não trabalhou nos outros itens da proposta metodológica como: Introdução,
98 Marco Legal e Marco Conceitual por trazerem para questionamento se este será um
99 trabalho da comissão. A conselheira justificou que o diagnóstico apresentado,
100 apenas 3 eixos na análise dos dados da convivência familiar e comunitária e que,



101 por isso, a comissão elaborou apenas 3 eixos para o plano, e não cinco conforme
102 havia sido sugerido pela comissão intersetorial do CEDCA. Explicou que não tem o
103 eixo do protagonismo e o eixo da gestão da proposta elaborada pela comissão. A
104 conselheira Janine continuou a apresentação do plano da convivência familiar e
105 comunitária, e a ação proposta de ter o SIPIA CT interligado a 100 % das delegacias,
106 e questionou para os presentes da plenária se isso é possível. Neylen questionou
107 sobre o objetivo dessa integração e Janine esclareceu que é para evitar a repetição
108 e a revitimização da criança e do adolescente. Neylen fez uma colocação a respeito
109 da importância dos planos e da preocupação com a questão da violência
110 institucional cometida contra crianças e adolescentes. Neylen relatou uma situação
111 que envolve violação de direitos de adolescentes que estão em cumprimento de
112 medidas socioeducativas em meio fechado. Ela informou que recebeu através de um
113 grupo de whatsapp, uma foto de um adolescente com o uniforme tirada de dentro de
114 uma instituição do Estado e que, além do compartilhamento desta foto, foi
115 compartilhado também o ato infracional cometido pelo adolescente. Neylen chamou
116 a atenção para o fato que envolve violação de direitos de crianças e adolescentes¹ e
117 de sua preocupação da relação entre o sistema de garantia de direitos e a
118 divulgação das informações neste tipo de grupo. Janine sugeriu retirar a ação
119 proposta pela comissão do plano de convivência familiar e comunitária, e todos
120 concordaram. A conselheira Simone sugeriu que as demandas das comissões
121 referentes ao SIPIA CT sejam tratadas com a conselheira Graziela e referente ao
122 SIPIA SINASE com a servidora Fabiola da SDS, que são as pessoas indicadas para
123 dar as orientações no Estado. Janine ressaltou que esta ação foi proposta pela
124 Painel, no diagnóstico apresentado. A Conselheira Elaine elogiou a comissão por ter
125 utilizado os dados do diagnóstico como referência para o trabalho da elaboração do
126 plano. Janine seguiu fazendo a apresentação do eixo de controle social do plano
127 setorial. Fabiani fez os registros das sugestões da plenária do documento para que
128 todos possam acompanhar. Janine apresentou outra ação proposta e destacou a
129 dificuldade de comunicação entre a rede a respeito do atendimento de crianças e
130 adolescentes. Fabiani lembrou que esta discussão foi realizada na oficina de
131 monitoramento e avaliação do Plano de Violência e Exploração Sexual do Estado e
132 que a discussão levantada a respeito do compartilhamento das informações
133 destacou a ética e o sigilo de cada caso. A conselheira Simone destacou também a
134 importância de se atentar para o sigilo das informações ao se propor ações de
135 compartilhamento de sistema de informação. Rosely concordou com questão do
136 sigilo, mas destacou a importância de ter um banco de dados que faça a
137 convergência sobre os números das violações de direitos da criança e do
138 adolescente no Estado. Janine seguiu com a apresentação das propostas incluindo
139 a capacitação dos atores da rede do sistema de garantia e de direitos e a realização
140 de encontros para divulgação de boas práticas da rede, construção de fluxos e
141 protocolos para o atendimento em rede, realização de monitoramento e avaliação do
142 plano decenal e dos setoriais, entre outras ações. Janine finalizou a apresentação
143 da proposta, com um agradecimento aos membros da comissão de elaboração do
144 plano setorial de convivência familiar e comunitária. No período vespertino, o
145 Coordenador Geral do CEDCA, Conselheiro Zeno, deu início à plenária solicitando à

¹ Conforme a Lei Estadual nº 12.536, de 19 de dezembro de 2002, Art. 2º compete ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente “dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente que lhe são apresentadas ou comunicadas, acompanhando a execução das medidas necessárias à sua apuração”. Desta forma, a mesa de coordenação do CEDCA realizará os devidos encaminhamentos com relação à denúncia apresentada.



146 secretária executiva que apresentasse as justificativas de ausência. Justificativas
147 enviadas para o e-mail do CEDCA: Representantes das Secretarias de Estado da
148 Agricultura, da Saúde e da Educação, também os representantes das Instituições:
149 Instituto Paternidade Responsável, Centro Cultural Escrava Anastácia e Associação
150 Espaço Alternativo. Em seguida, solicitou que a Gerente de Políticas Para Crianças,
151 Adolescentes e Juventude da Diretoria de Direitos Humanos da SDS, Leticia Braz,
152 se apresentasse, considerando que será a chefia imediata deste Conselho Estadual,
153 Leticia informou que as atribuições da GECAJ/DIDH/SDS ainda estão sendo
154 construídas e está atrelada a servidores efetivos desta secretaria, objetivando
155 desenvolver um trabalho mais técnico e exitoso. Momento das Comissões:
156 Comissão Organizadora da XIª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do
157 Adolescente – a Conselheira Fabiani informou que foi pactuado, enquanto comissão,
158 que solicitaram orçamento no formato que desejam realizar a conferência que será
159 para 1300 pessoas, (número estipulado caso o evento contasse com 100% dos
160 municípios), considerando que serão quatro representações de cada município (02
161 conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente – 01 GOV e 01
162 ÑGOV, 01 adolescente, e 01 representante de movimentos sociais e/ou outros
163 segmentos (podendo ser também conselheiros tutelares, representante da justiça
164 local, conselhos setoriais: saúde, educação, assistência social). Também solicitaram
165 parecer da Consultoria Jurídica – COJUR/SDS acerca da possibilidade de utilizar
166 recursos do FIA/SC para custear este evento, com a ressalva na prerrogativa de que
167 esta ação é de responsabilidade do governo do Estado. Fabiani leu na íntegra o
168 parecer enviado pela COJUR que, após muitos considerandos, concluiu: “Diante de
169 todo o exposto, esta Consultoria Jurídica entende que encontra amparo legal a
170 realização da XIª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
171 com recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA. Outrossim, recomenda-se
172 seja formulada a solicitação, acompanhada do plano de trabalho, de justificativa,
173 objetivos, metas, cronograma e recursos necessários para a realização da XIª
174 Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina. É
175 o Parecer”. A Conselheira Elaine informou que no dia 04 de abril, durante o colóquio
176 estadual foi anunciado que a política e os planos decenais serão publicizados
177 durante esta conferência, sendo pertinente a utilização dos recursos do FIA Estadual,
178 pelo menos como contrapartida do custeio, sugerindo negociação com a SDS que é
179 a secretaria em que o CEDCA está vinculado. O Conselheiro Esmael informou que,
180 em consulta pessoal ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, numa conversa franca
181 e aberta, pois considera que os recursos do FIA/SC estão parados e que não tem
182 previsão de orçamento para conferências no Plano Plurianual – PPA/SDS, considera
183 a hipótese de utilizar recursos do Fundo Estadual para custear cem por cento (100%)
184 da XI Conferência DCA. A Conselheira Lizandra destacou que é responsabilidade do
185 Estado custear este evento, bem como toda a estrutura para funcionamento do
186 Conselho. Solicita que esta gestão oficialize por escrito ao CEDCA sobre a
187 possibilidade ou não deste feito. Lizandra também destacou que em dezembro de
188 2018, a GEPLA/SST informou que tinha sido orçado um milhão e seiscentos e
189 cinquenta mil reais (R\$1.650.000,00) para custearas conferências neste ano de
190 2019. A Conselheira Fabiani leu na íntegra e apresentou em data show o tal ofício
191 ora citado, confirmando a informação. Esmael informou que desconhecia a
192 existência deste ofício. A conselheira Janine solicitou que, se for utilizado recurso do
193 FIA, que seja estipulado e aprovado apenas um percentual. Ficando acordado que
194 após as respostas da casa em relação ao ofício anterior será retomado o assunto. A
195 Conselheira Elaine sugere a realização desta conferência no formato de



196 webconferência, utilizando os recursos da Defesa Civil que possui uma central e
197 outras 20 unidades pelo Estado que acomodam um grande número de pessoas,
198 sem a necessidade de sair de seus municípios. Como deliberação, a comissão
199 oficiará ao gabinete da SDS sobre a disponibilidade ou não do recurso para
200 realização da XI Conferência DCA, para seguir com novas negociações,
201 considerando que esta conferência deve acontecer até setembro de 2019. A
202 Conselheira Fabiani apresentou a minuta da resolução que convoca para a XI
203 Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina,
204 para conhecimento de todos. Mudando a sequência da pauta, o coordenador do
205 CEDCA solicitou que a gerente da Média e Alta Complexidade da SDS se
206 apresentasse: a Assistente Social Emanuella que, com sua equipe, atenderá ao
207 sistema socioeducativo meio aberto do Estado – SIPIA SINASE. O Assistente Social
208 Alexandre Sampaio também fez uso da palavra ressaltando sobre os equipamentos
209 da Defesa Civil para realização de webconferência que otimiza o tempo e atinge
210 muitas pessoas ao mesmo tempo, considerando que são equipamentos de custo
211 muito baixo. Como deliberação, estas gerências (média e alta complexidade) serão
212 convidadas novamente para participarem da plenária de agosto e apresentarem de
213 forma mais explícita as suas atribuições e formatos de agirem junto ao CEDCA pela
214 defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. A conselheira Lizandra
215 pediu a palavra, reforçando a importância da ferramenta da web conferência, mas
216 que essa ferramenta não se adequa à proposta da XI Conferência Estadual dos
217 Direitos da Criança e do Adolescente, por se tratar de um momento extremamente
218 importante na aprendizagem de crianças e adolescentes participantes, necessitando
219 ser presencial. A nova conselheira adolescente Bárbara de Oliveira Ernest se
220 apresentou para a plenária e comentou sobre a dificuldade que muitos adolescentes
221 tem de ter acesso a internet de qualidade, onde muitas das transmissões a distância
222 não são eficientes pela má qualidade da linha da internet e demais ferramentas.
223 Comissão de Seleção para o Edital de Fomentos - a secretária executiva informou
224 que a portaria que institui e constitui essa comissão já foi publicada no Diário Oficial
225 do Estado, mas necessita de correção, considerando que dois membros
226 governamentais precisam ser substituídos, sendo: Conselheiro Zeno que na
227 condição de diretor do DEASE/SJC não pode fazer parte desta comissão, será
228 substituído pelo Conselheiro Antonio Brito da SSP/SC, e a Conselheira Fabiani será
229 substituída (pois está migrando para a FCEE) pela nova representante da SDS,
230 Leticia Braz. Sendo aprovadas as substituições, por unanimidade. Comissão de
231 Normas: A Conselheira Elaine informou que a Lei do CEDCA/FIA, bem como o
232 Regimento Interno deste Conselho Estadual que estão parados no CEDCA desde
233 fevereiro de 2019 por conta das mudanças na estrutura do governo do Estado, serão
234 retomados os estudos, considerando que as representações governamentais estão
235 desfalcadas, pois secretarias foram extintas outras renomeadas, portanto precisam
236 ser feitas as adequações redação para seguir o fluxo de aprovação administrativa.
237 Comissão de orçamento e Finanças – O Conselheiro Cleber, agora como
238 coordenador desta comissão, explicou que é tudo muito novo neste formato
239 atualizado do governo do Estado, novas adaptações para otimizar os recursos
240 objetivando diminuir o déficit financeiro que tem atuado com base na economia de
241 gastos. Sobre a Campanha de publicidade para eleição dos Conselheiros Tutelares
242 em nosso Estado, solicitado pelo Ministério Público Estadual para que fosse
243 custeada com recursos do FIA objetivando a participação em massa dos eleitores,
244 este informou que a servidora Fernanda da SECOM apresentou para a Comissão
245 um roteiro (GIFs) como artes para campanha a custo zero. O Conselheiro e também



246 gestor do FIA/SC, senhor Esmael, apresentou dados do fundo estadual, destacando
247 que possui na conta um valor de quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil,
248 duzentos e oitenta e quatro reais, e trinta e quatro centavos (R\$4.523.284,34), bem
249 como informou que na próxima plenária serão apresentados os detalhes da
250 utilização destes recursos no ano de 2018 com as previsões de utilização para este
251 ano de 2019. A Conselheira Fabiani apresentou a resolução do plano de ação e
252 aplicação dos recursos do FIA/SC para o biênio 2019/2021, que após discussões e
253 dúvidas, teve pedido de vistas pela conselheira Elaine, que apresentará as
254 justificativas em até dez dias. A conselheira Janine destacou que, antes da
255 Resolução, deve ser apresentado o plano de ação e aplicação do FIA, ressaltando
256 ainda que o recurso do FIA deve chegar no atendimento da infância e adolescência
257 através de editais para projetos conforme preconiza a resolução 137 e 194 do
258 CONANDA. Assuntos Gerais: **1-**Projeto de Lei nº 0032.9/2019, que *"Dispõe sobre o*
259 *uso do nome afetivo de crianças e adolescentes, sob guarda provisória concedida*
260 *em processo de adoção, nos cadastros das instituições de ensino, de saúde e de*
261 *cultura e lazer, no período que antecede a extinção do poder familiar originário"* –
262 Como deliberação foi criado um Grupo de Trabalho, constituído por: Rosely, Letícia
263 e Elaine que farão estudos mais aprofundados da temática para posterior resposta à
264 COJUR/SDS. **2-**Iº Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais dos Direitos da
265 Criança e do Adolescente - CEDCAS, em Brasília, nos dias 08 e 09 de agosto –
266 representação CEDCA/SC, ficou deliberado pela plenária que a Conselheira
267 Graziela representará o CEDCA neste encontro, considerando a impossibilidade de
268 os membros da mesa coordenadora participar, e esta já estará em Brasília no
269 encontro sobre o SIPIA CT. **3-**Seminário da FECAM sobre o SGDCA – dias 25 e 26
270 de julho, em Treze Tílias – ficou deliberado e aprovado o nome da Conselheira
271 Rosely Steil para representar o CEDCA neste evento. Participação no Fórum
272 Estadual de Educação ficou deliberada que a conselheira Lizandra irá representar o
273 CEDCA. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual foi
274 lavrada a Ata que, após lida e aprovada, será impressa e assinada pelos presentes.